

**Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro**  
**Secretaria Municipal de Cultura**  
**Subsecretaria de Arte e Fomento**

# Seminário

## FOMENTO PRESENTE



O programa de fomento à cultura da Prefeitura do Rio consolidou-se, nos últimos anos, como um dos mais importantes de todo o país, seja pelos recursos investidos – apenas no último ano foram quase R\$ 90 milhões – seja pela abrangência em termos de linguagens, territórios e diversidade de projetos contemplados.

Como em qualquer caso de sucesso, é chegado o momento de se debater com a sociedade civil, em especial com todos aqueles envolvidos no fazimento e financiamento à cultura, os desafios, limites e possibilidades deste programa em sua evolução natural.

Ciente da importância do debate para o aperfeiçoamento das políticas públicas e implementação de programas, a Prefeitura do Rio, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, tem o orgulho de apresentar o Seminário “Fomento Presente”.

Mais do que um evento da Secretaria, o objetivo é que ele seja um evento para a Secretaria. Buscamos que desse debate surjam ideias, conceitos, preocupações, questões, caminhos que sirvam de balizamento para as ações da Secretaria no campo do fomento à cultura nos próximos anos.

Queremos que essa oportunidade sirva para uma genuína troca de visões e informações, em que todos tenham a chance de se expressar e expor suas impressões a partir das linhas de discussão propostas – que devem ser vistas antes como inspiração do que como limite.

No mais, viva a Cultura Carioca!

**Marcelo Calero**  
**Secretário Municipal de Cultura**

**Fabiana Scherer**  
**Subsecretária de Arte e Fomento**

## Seção I – Informações sobre as mesas de debate

Local do Seminário: Museu do Amanhã – Praça Mauá s/no.

Data: 15 e 16 de fevereiro

Horário do início do credenciamento: 08h30

Relatoria-Geral do Seminário: Eliane Costa – Coordenadora do MBA Bens Culturais: cultura, economia e gestão da FGV;

### Mesa 1

dia 15 de fevereiro de 2016, de 09h às 12h30

#### O que difere uma ação de política pública de um edital de patrocínio privado?

Linhas de debate propostas:

a) O que significa política pública e quais são seus principais fundamentos?

b) Como conciliar a ótica ampla que deve ter uma política pública com a necessidade de definir focos (inclusive por conta das restrições orçamentárias)?

c) Em que aspectos as escolhas da política pública devem diferir das escolhas privadas?

d) A política pública deve priorizar eventos ou processos (desenvolvimento de linguagens, formação de públicos, formação de técnicos/talentos, residências, etc)? É possível conciliar essas duas vertentes?

e) A política pública deve priorizar as demandas do “mainstream” ou os processos de experimentação e as novas centralidades? É possível conciliar essas duas vertentes?

**Mediação:** *Marcelo Calero (Secretário Municipal de Cultura do Rio)*

#### **Debatedores:**

*Tatiana Richards – Superintendente de Lei de Incentivo da Secretaria de Estado de Cultura;*

*Eliane Costa – Coordenadora do MBA Bens Culturais: cultura, economia e gestão da FGV;*

*Veríssimo Júnior - Diretor-Geral do Teatro da Laje;*

*Carlos Trevo - Santander Cultural.*

## **Mesa 2**

dia 15 de fevereiro, de 14h às 17h30

### **O que é um bom projeto?**

Linhas de debate propostas:

a) Que aspectos uma comissão de seleção considera como essencial em um projeto?

b) Qualidade/volume da demanda versus verba do edital: por que um bom projeto às vezes não é selecionado?

c) Que reflexões podem ser compartilhadas a partir das experiências de editais que os debatedores representam?

d) Como garantir transparência, efetividade e eficiência, inclusive no que se refere às comissões de avaliação.

**Mediação:** *Lia Baron, Subsecretária de Cidadania e Div. Cultural*

#### **Debatedores:**

*Eduardo Barata, Presidente da APTR*

*Ana de Fátima - Gerente de Comunicação do Itaú Cultural;*

*Luciane Gorgulho - Chefe do Departamento de Economia da Cultura do BNDES;*

*Adriana Schneider - Atriz, Diretora de Teatro, Professora da UFRJ e integrante do Reage Artista.*

## **Mesa 3**

dia 16 de fevereiro, de 09h às 12h30

### **Sustentabilidade das iniciativas culturais**

Linhas de debate propostas:

a) Como pensar sustentabilidade de forma mais ampla, considerando públicos, territórios, articulações, tecnologias, prioridades?

b) Como pensar modelos de negócio mistos (financiamento público e privado) e realistas, adequados a cada iniciativa?

c) Afinal, é possível pensar em sustentabilidade financeira no campo da cultura? Como pensar no financiamento de longo prazo?

**Mediação:** *Maria Arlete Gonçalves - Consultora e ex-Gerente de Cultura do OI Futuro*

**Debatedores:**

*Eveli Ficher - Professora do MBA de Bens Culturais da FGV-Rio;*

*Anderson Quack - Coordenador de fomento da Fundação Palmares;*

*Luis Marcelo Mendes - Consultor em comunicação, branding e cultura;*

*Adailton Medeiros -Idealizador do Ponto Cine Guadalupe.*

## Seção II - Textos-base de inspiração para as mesas

### Mesa 1

#### O que difere uma ação de política pública de um edital de patrocínio privado?

A política pública, nos diversos setores e nas diferentes esferas federativas, deve buscar, essencialmente, o interesse coletivo, promovendo equidade de oportunidades e de acesso aos recursos, desenvolvendo ações estruturantes e zelando pela transparência de seus processos.

Nesse contexto, uma política cultural de natureza pública (ou mesmo de natureza privada, porém voltada ao interesse público) deve pautar-se, sobretudo, pela ótica dos direitos e pela perspectiva da diversidade no âmbito dos públicos, linguagens artísticas e segmentos culturais envolvidos, do porte e complexidade das iniciativas apoiadas, da distribuição regional dos recursos e dos elos das cadeias produtivas atingidas.

Assim, uma política pública para a cultura deve considerar

não somente a produção cultural, mas também a circulação dessa produção e as questões relacionadas à sua fruição, preservação e memória, à pesquisa e ao desenvolvimento de linguagens, à formação de públicos e a recortes específicos, como por exemplo o da infância. Deve, portanto, ter olhos para o presente, o passado e o futuro.

Refletimos neste evento sobre o campo das políticas públicas de cultura para a cidade do Rio de Janeiro, o que agrega os desafios específicos da nossa cidade e do nosso tempo – um “espaço-tempo” que apresenta, de um lado, demandas de realizadores de expressões culturais de excelência, com justas reivindicações de incentivo; de outro, demandas básicas envolvendo agentes culturais e públicos historicamente excluídos dessas oportunidades. Uma pluralidade de reivindicações pertinentes, e quase sempre urgentes, que vão das mais específicas e qualificadas, provenientes de protagonistas reconhecidos do fazer artístico, até as que destacam tecnologias sociais inovadoras brotadas nas periferias da cidade, passando ainda pelo anseio geral por estabilidade e sustentabilidade...

Formulações preliminares apontavam, há alguns anos, que política pública é, em última análise, o que “o governo escolhe fazer ou não fazer”, o que trazia consigo o entendimento, ainda atual, de que manter o status quo é também uma escolha e, portanto, pode também ser entendida como uma política pública, ainda que não desejada. Nas primeiras décadas do século passado, uma reflexão seminal registrava que pensar sobre políticas públicas implica responder às seguintes questões: “quem ganha o que? Por quê? e que diferença faz?”.

Referenciais acadêmicos contemporâneos caracterizam as políticas culturais como um conjunto de ações elaboradas e implementadas de maneira articulada pelos poderes públicos, pelas instituições civis, pelas entidades privadas, pelos grupos comunitários dentro do campo do desenvolvimento do simbólico, visando a satisfazer as necessidades culturais do conjunto da população. Nessa perspectiva, pensar a

questão do Fomento no campo da cultura e da cidade significa, essencialmente, escutar, debater e pactuar escolhas.

Que caminhos priorizar? Como lidar com a pluralidade das demandas dos diferentes agentes culturais da cidade? Como compatibilizar escolhas e recursos financeiros, frequentemente aquém das necessidades e desejos dos agentes e dos gestores? Como equacionar diferentes tipos de fomento, direto e indireto (via leis de incentivo), de acordo com os diferentes perfis e vocações dos projetos apresentados? Como conciliar o apoio a eventos com a atenção aos processos, pesquisas e ações continuadas? Como compatibilizar o apoio ao “mainstream” com o incentivo aos processos de experimentação e às novas centralidades emergentes?

Ao reunir gestores e agentes culturais de diferentes perfis e trajetórias no campo público e privado, nas mesas e na plateia, o evento “Fomento Presente” busca contribuir para uma reflexão consistente sobre esses e outros desafios.

## Mesa 2

### O que é um bom projeto?

Nos últimos 15 anos, ganharam espaço no campo do fomento à cultura os editais de seleção pública de projetos, postos em prática tanto na esfera das políticas públicas, quanto no âmbito do patrocínio desenvolvido pelas principais empresas incentivadoras da cultura no país.

Além de ampliar o caráter democrático do acesso aos recursos e fortalecer a diversidade das iniciativas apoiadas, o mecanismo se constituiu em uma alternativa para a gestão da demanda crescentemente apresentada às principais fontes – públicas ou privadas – de financiamento às iniciativas culturais.

Representando um indubitável avanço em relação às práticas pontuais e “de balcão”, os editais ganham força

especialmente quando subsidiam um conjunto de frentes e ações articuladas. Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Cultura tem hoje um leque de opções de fomento voltadas aos diferentes perfis, portes e vocações de projetos, desde aqueles que se destinam essencialmente ao fomento direto, como as iniciativas no âmbito da cidadania e da diversidade, até os que se mostram prioritariamente indicados para a modalidade de fomento indireto (Lei do ISS), por apresentarem maiores possibilidades de conquistar o patrocínio das empresas mediante o benefício fiscal.

Assim, a discussão sobre quais aspectos são relevantes para que um projeto seja selecionado envolvem, antes de mais nada, sua adequação ao edital ao qual ele foi apresentado, ao lado de sua consistência, viabilidade de execução e demais requisitos previamente apontados nos regulamentos. Muitas vezes, no entanto, bons projetos não são selecionados por conta das limitações orçamentárias de cada edital.

Como equacionar os diferentes editais de fomento, de forma a otimizar o conjunto de seus resultados? Que práticas e processos poderiam ser absorvidos de outras experiências de editais públicos e privados? Que aspectos devem ser especialmente observados pelos proponentes na apresentação de seus projetos?

Nesta segunda mesa, o evento “Fomento Presente” procura instigar reflexões a partir do compartilhamento da experiência de gestores culturais responsáveis por alguns dos mais significativos editais de seleção de projetos no campo da cultura, e de fazedores de cultura que tenham experiência na utilização desse instrumento.

### **Mesa 3**

#### **Sustentabilidade das iniciativas culturais**

Como sabem todos os que militam neste campo, a cena

nacional do fomento à Cultura é fortemente ancorada nas chamadas leis de incentivo. Criadas na década de 1990, estas passaram, de “um” mecanismo de financiamento, à principal estratégia do governo federal para o setor cultural, cristalizando nesse percurso um acúmulo de desequilíbrios e distorções que interpelam as políticas públicas voltadas ao setor.

Ao deixar de atuar como indutor direto da cultura e passando a incentivar o patrocínio privado mediante benefício fiscal, o próprio Estado consolidou, assim, um quadro em que o recurso público (do imposto renunciado) passou a ser aplicado de acordo com prioridades e escolhas privadas (dos patrocinadores), movidas por critérios eminentemente mercadológicos, por benefícios fiscais e pela perspectiva da visibilidade de suas marcas. Por outro lado, os recursos historicamente reduzidos do Fundo Nacional de Cultura não dão conta da imensa demanda de iniciativas que não se mostram sedutoras à mídia e ao mercado. Esse contexto mais amplo reforça, evidentemente, a importância das políticas públicas culturais nas esferas da cidade, da metrópole e do estado.

No âmbito do município, a SMC vem, nos últimos anos, propondo um leque de ações voltadas a iniciativas que vão desde as mais reconhecidas pelo cenário cultural e pelo mercado (que se dirigem, mais frequentemente ao edital do ISS) e, até as menos “visíveis”, estas últimas atendidas, reconhecidas e empoderadas pelo edital de Ações Locais, que recebe inscrições inclusive de pessoas físicas.

Neste momento, percebe-se, no campo privado, uma expressiva retração no incentivo cultural das empresas, com inflexões importantes nas políticas culturais e no volume de recursos de patrocínio providos por importantes agentes dessa cena.

Por outro lado, o interesse de investidores (capital-semente, anjo, etc) acaba se restringindo a projetos com grande, e rápido, potencial de retorno e escalabilidade, o que não

representa a maior parte das iniciativas no campo cultural, tanto no que tange aos projetos quanto aos equipamentos culturais.

Em última análise, por maior que seja o orçamento municipal destinado à cultura, ele é, em última instância, finito, o que reforça a importância do presente evento, que busca discutir prioridades e alternativas para o financiamento a iniciativas culturais na cidade.

Mas... como pensar sustentabilidade de forma mais ampla, considerando públicos, territórios, articulações, tecnologias, prioridades? Como pensar modelos de negócio mistos e realistas, adequados a cada iniciativa? Afinal, é possível pensar em sustentabilidade no campo da cultura?

(autoria dos textos: Eliane Costa)

